

Projetos buscam maior proteção

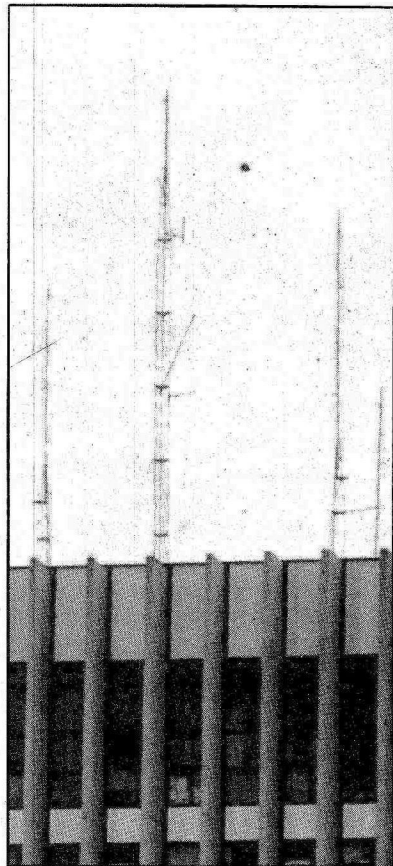
Dois projetos de lei tentam resolver o problema das descargas elétricas e dos captosres de raios. Um, nacional, é do senador Márcio Lacerda PMDB/MT, dispõe sobre a fabricação e uso de pára-raios radioativos. Ele proíbe a comercialização, fabricação e também dá prazo para que todos os captosres deste tipo, já instalados, sejam substituídos. O outro, local, é da deputada Lúcia Carvalho (PT) e torna obrigatória a instalação de pára-raios em edifícios residenciais de três pavimentos ou em área com mais de 750 metros quadrados de construção. O projeto determina ainda a obrigatoriedade do pára-raio em escolas, creches, hospitais, postos de gasolina, teatro e locais de grande afluência de público.

Para o senador Márcio Lacerda é fundamental a aprovação do seu projeto porque ele discorda da portaria do CNEN que só proíbe a fabricação e comercialização. O senador alerta que é preciso substituir os pára-raios já instalados porque eles representam riscos à saúde da

população. “Se não existir uma lei regulamentando a retirada deste material, corremos o risco de um dia estes pára-raios virarem sucatas, ferros velhos e muita gente pode ser contaminada pelo amerício 241”, argumentou.

A deputada Lúcia Carvalho lembra que o DF tem uma das mais altas taxas de trovoadas por ano no País, devido as suas condições geográficas e climáticas. “Como sabemos que o número de pára-raios não é suficiente para proteger a população, propus a lei que torna obrigatório a instalação dos captosres de forma a preservar a vida dos brasilienses”, defendeu. Lúcia cita que um local como a rodoviária do Plano Piloto, por exemplo, onde passam mais de 400 mil pessoas é totalmente desprotegido.

O professor Agemiro Cardoso destaca que só não aconteceu acidentes fatais na rodoviária porque a sua plataforma superior fica em nível do térreo dos vários edifícios vizinhos. (V.R.)



Pára-raios pode virar armadilha